

Dúvida Ex +

Terça-feira, 4 de setembro de 1990

Os jornais chegaram a anunciar na semana passada a iminência da assinatura de uma carta de intenção pelo governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a oitava que o País dirigiria àquela instituição desde a crise de 1982. O acordo, porém, acabou não saindo, o que não significa que cessaram as conversações com o Fundo nem que estejam esgotadas as possibilidades de se chegar em breve a um entendimento.

Sabe-se que a missão do FMI que deixou o País no último fim de semana se mostrou bastante receptiva quanto ao programa de estabilização econômica, compreendendo o enorme esforço que está sendo realizado pelo País para controlar a inflação através de duras medidas de austeridade. Tanto assim que as divergências surgidas quanto ao déficit nominal, mensurado pelas necessidades de financiamento do setor público, contabilizada a inflação, que o governo intenta reduzir para 35% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, puderam ser superadas no curso das negociações. Tudo parece indicar que a missão considerou satisfatória a meta de um superávit operacio-

nal, que não leva em conta as correções monetária e cambial, de 1,22% em dezembro de 1990 e de 0,2% do PIB em 1991.

Mesmo assim, seria um acordo difícil de observar à letra, já que prevê uma inflação de 25% no próximo ano, o que significaria 1,88% ao mês. Em face das pressões hoje constatadas e de fatores imponderáveis, como a alta dos preços do petróleo, esse é um objetivo ambicioso, mas não parece ter amedrontado as autoridades brasileiras.

O ponto que emperrou as negociações, impedindo a sua conclusão dentro do cronograma previsto, foi a questão dos desembolsos que o País deveria fazer, a partir de 1991, para remunerar a dívida externa. O FMI aceitou a argumentação do lado brasileiro de que seria inviável fazer baixar sensivelmente a inflação e, ao mesmo tempo, manejar outros instrumentos de política econômica para gerar superávits comerciais de dimensões suficientes para fazer remessas de juros ao exterior,

Evitar erros do passado

evitando-se a erosão das reservas cambiais acumuladas. Mas os técnicos do Fundo julgaram válida essa postura somente no tocante a este ano. Para 1991, de acordo, aliás, com os programas clássicos de ajustamento preconizados pela instituição, o Brasil deveria ser capaz de produzir saldos na balança comercial para poder fazer transferências aos credores em valor não revelado, mas que, presumivelmente, seria substancial.

O governo brasileiro, coerentemente com a linha que vem adotando com relação à negociação externa, opôs-se a esse requisito. Pode ser que, na evolução das negociações, um determinado valor indicativo venha a ser acertado entre as partes. De qualquer forma, as autoridades brasileiras mantêm o firme propósito de não se afastar do princípio de que o País só deve pagar de juros o que puder, ou seja, aquilo que não implicar sacrifício da meta de crescimento de 3% do produto real no ano que vem.

Realmente, é muito problemático para o governo fazer uma projeção mais segura quanto ao superávit comercial, especialmente numa fase em que busca liberalizar o comércio exterior mediante um processo contínuo de redução de alíquotas aduaneiras e de desburocratização. E o maior estímulo à importação não visa apenas a adequar a indústria nacional a um mercado global mais competitivo. Ela tem em mira igualmente conter as remarcações de preços por parte de setores oligopolizados. Nesse contexto, uma maxidesvalorização do cruzeiro, ingrediente até agora ausente do Plano Collor, contrariaria tudo o que vem sendo feito, embora pudesse fazer engordar o saldo comercial. Essa reversão de rumos não deixaria também de ter um pesado custo social.

Sendo este o quadro, a posição do governo parece-nos absolutamente correta. Com honestidade, as autoridades deixaram claro para o Fundo que não pretendem reincidir nos erros do passado, assinando cartas de intenção que não sabem se podem cumprir.